

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFH)
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

Relatório Final de Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC)

Orientadora: Alinne de Lima Bonetti;

Bolsista Débora Luiza Pereira (matrícula: 18103307)

Antropologia e feminismo no sul do Brasil: o caso de SC

RESUMO:

De modo a compreender as articulações e desdobramentos entre a produção de conhecimento antropológico e o feminismo na região sul do Brasil, em particular no estado de Santa Catarina, um dos principais pólos de desenvolvimento dos estudos feministas e de gênero no país, ao longo desta etapa do projeto buscou-se a identificação das principais pesquisadoras do campo, bem como o mapeamento de linhagens antropológicas feministas. Por meio de pesquisa etnográfica documental realizada em meio digital e bases de dados científicas brasileiras, identificou-se a constituição e consolidação de um campo epistemológico em torno de “temática de interesse feminista”, atualmente de caráter interdisciplinar, que vem se desenvolvendo desde a década de 1990, em que a antropologia figura como uma referência disciplinar significativa, por meio da criação de núcleos de pesquisa. Atualmente existem 88 núcleos interdisciplinares em diferentes universidades catarinenses, dos quais 49 estão localizados na grande área de Ciências Humanas e cinco na Antropologia. No que tange ao mapeamento das antropólogas feministas centrais e suas linhagens, identificou-se 2 pesquisadoras-chave; a partir do recorte de orientação em pós-graduação (mestrado e doutorado), identificamos a formação de 128 antropólogas, que atuam em diferentes universidades brasileiras. Este mapeamento denota a consolidação do campo antropológico feminista brasileiro e relevante interconexão e cooperação entre diferentes centros de produção científica pelo país.

palavras-chave: antropologia, feminismo, epistemologia, sul

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como intuito compreender as articulações e desdobramentos entre a produção de conhecimento antropológico e o feminismo na região sul do Brasil, com enfoque no Estado de Santa Catarina, parte de um projeto mais amplo intitulado "Antropologia e feminismo no sul do Brasil (RS e SC): intersecções entre militância e produção de conhecimento na Universidade". Tal discussão se faz importante uma vez que o movimento de mulheres e feministas constituem-se desde o final do século XIX “quando inúmeras mulheres se rebelaram contra a tragédia da escravidão, lutaram pelo direito ao trabalho sem a autorização do marido, pelo acesso ao ensino de qualidade, pelo direito de frequentar universidades e de votar e serem votadas”. (SCHUMAHER, 2018, p. 21). O feminismo passou a ser considerado como o movimento social mais importante do século XX por diversos estudiosos e se encontra no século XXI aprimorando discussões originárias e constituindo outras. De acordo com Schuma Schumacher em seu texto *Os movimentos feministas ontem e hoje no Brasil: desafios da sua institucionalização*:

Nunca é demais lembrar que, se hoje é considerado natural que as mulheres estudem, trabalhem, deliberem sobre seus destinos, sobre o exercício da sua sexualidade, e, afinal, sejam donas das suas próprias vidas, é porque o feminismo produziu uma revolução silenciosa e pacífica, capaz de mudar o padrão de comportamento de homens e mulheres nas sociedades ocidentais. As propostas de Betty Friedan nos anos 1960 – de que as mulheres poderiam compatibilizar a vida familiar com uma atividade no mundo do trabalho assalariado, com a cultura e com a política – hoje são tidas como normais até nas famílias mais conservadoras. O que já foi escandaloso, proibido, atualmente é desejável e absolutamente comum. Plural, sem dono nem estruturas de controle centralizadas e sem aspiração de tomada do poder, **o feminismo segue revigorado, defendendo a democracia radical, erguendo suas bandeiras de liberdade e igualdade, acatando novos desafios e espalhando transformações por onde quer que passe.**" (Ibid, p. 54, grifo meu)

O feminismo no Brasil, desde suas primeiras manifestações enquanto movimento “foi muito particular, pois desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público - portanto, dos direitos como cidadã - e também as propostas revolucionárias, que viam na luta das mulheres um desvio da pugna do proletariado por sua libertação" (PINTO, 2003, p. 9). Em sua consolidação, houve um extremo diálogo entre os movimentos sociais com o feminismo autônomo e libertário encontrado nas ruas das cidades brasileiras; as pesquisas acadêmicas nos anos 1980 e 1990 nas universidades do país; e o "feminismo de Estado" (GROSSI e MIGUEL, 1995) que se desdobrou na Secretaria de

Políticas para as Mulheres (SPM) em 2003¹. Logo, aquilo que antes era militância se articula com a pesquisa acadêmica para que fosse possível a criação de políticas públicas, universais e de Estado, leis, entre outros. Para o feminismo de políticas públicas é essencial que os movimentos sociais continuem buscando e fazendo novas demandas, na mesma medida em que a academia continue pesquisando e estruturando novos dados para tais políticas.

Assim, é possível notar que as intersecções entre militância e produção de conhecimento na Universidade, pode impactar direta ou indiretamente pessoas, políticas públicas, grupos sociais e a sociedade como um todo através de espaço para a discussão de assuntos extremamente importantes em torno da temática das mulheres que por fim se consolidam em mudanças palpáveis, através de políticas públicas estruturais no país e na sociedade. Dessa forma, o campo de estudos feministas/de gênero vem se desenvolvendo principalmente desde a década de 1990, com um amplo caráter interdisciplinar, ou seja, se apresentando enquanto questão a ser desenvolvida nas mais variadas áreas de pesquisa. Os temas de discussões são dos mais variados como a saúde, a educação, a divisão sexual do trabalho, as violências e a participação política das mulheres, possuem uma longa trajetória de produção acadêmica feminista no Brasil (GROSSI e BONETTI, 2018 p. 12).

Nesse contexto, a antropologia se constituiu enquanto uma disciplina significativa dessa temática, e consolidando então o campo da antropologia feminista, principalmente por meio da criação de núcleos de pesquisa, entretando, esse ainda é um campo em construção. O feminismo acadêmico é de extrema importância para o feminismo brasileiro e o campo feminista se consolida “através de reuniões em grandes encontros acadêmicos por área, formação de núcleos de pesquisa e grupos de trabalho em encontros, constituição de periódicos e redes nacionais e regionais, bem como encontros interdisciplinares em gênero e feminismo” (ADRIÃO, 2008, p. 204 *apud* BONETTI, A. L. 2018, p. 234). De acordo com a autora Alinne Bonetti (2018),

O feminismo acadêmico pode ser tomado, então, como “a associação entre teoria e práxis feminista” (COSTA e SARDENBERG, 1994) produzida dentro das universidades, segundo os parâmetros de Cecília Sardenberg, uma das pioneiras do campo da antropologia feminista brasileira, e Ana Alice Costa, cientista política, fundadoras de um dos primeiros Núcleos de Pesquisa o NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher), em 1983. Essa forma do feminismo se caracteriza, segundo as autoras, por uma relação de “retroalimentação” entre a identificação de problemas acerca da “condição feminina” e a produção de conhecimento sobre eles que se tornam “instrumento de luta” (IBID, p.388-389).” (Ibid, p. 234)

¹ Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sobre/spm>

É, portanto, a partir do campo feminista acadêmico que podemos situar a emergência da Antropologia Feminista, este subcampo epistemológico da Antropologia brasileira, que “contribui imenso para o desenvolvimento e fortalecimento seja do campo político feminista de forma mais geral, seja do antropológico em específico.” (BONETTI, A. L. 2012, p. 63). Entretanto, isso não se dá de uma forma tranquila, uma vez que, historicamente, como aponta Bonetti (Ibid, p. 63), "o engajamento feminista na Universidade em geral, e na antropologia em especial, foi sempre visto de forma negativa, nos colocando numa condição liminar, ora vistas como “pesquisadoras pela metade, ora como feministas pela metade”. Apesar desses obstáculos, a Antropologia feminista vem se consolidando no cenário das universidades brasileiras, sendo produzida por pesquisadoras e pesquisadores nas mais diferentes regiões do país.

No que diz respeito à região Sul, como esta pesquisa demonstrou, está se apresentando como um dos principais pólos do campo de estudos em torno do que pode ser compreendido como o campo de estudos em torno de "temáticas de interesse feminista, isto é, a preocupação teórica e analítica sobre a condição feminina, a assimetria de gênero e de poder e a articulação entre os diferentes marcadores sociais da diferença na produção de desigualdades" (BONETTI, 2018). E também apresenta grande potencial de contribuição no desenvolvimento do campo da antropologia feminista uma vez que suas instituições são responsáveis por formar diversas antropólogas que atuam em diversas regiões do Brasil. Mediante ao exposto, cabe destacar que esta pesquisa teve como objetivo compreender as articulações e desdobramentos entre a produção de conhecimento antropológico e o feminismo na região sul do Brasil, através da identificação das universidades e núcleos de pesquisa da região e do levantamento e identificação das/os principais pesquisadoras/es do campo; suas linhagens e os seus contornos.

MATERIAL E MÉTODOS

Com o intuito de compreender a reprodução e desenvolvimento da antropologia feminista em Santa Catarina, durante os sete meses de pesquisa, foi escolhido como caminho metodológico a pesquisa bibliográfica e documental digital, o que pode ser caracterizada como *etnografia de documentos* da forma como é proposta por Adriana Vianna (2014). Nesse quesito, a autora reflete sobre a natureza específica da etnografia documental, um campo de estranhamentos e um ato de fé - de quem escreveu, ou de quem falou, e nos vários outros fatores que podem interferir nas respostas e nos registros, como o foco daquilo que o

interlocutor acha necessário apresentar. A autora propõe uma assimilação entre campo etnográfico e campo documental, de modo a "crer e descrever da ficção desses documentos, desses personagens documentados", como parte do trabalho de dialogar com eles como interlocutores de nossas pesquisas etnográficas.

Neste trabalho, a pesquisa bibliográfica e digital foi necessária para identificar textos sobre a produção da antropologia feminista, campo extremamente novo para mim, mas também para a identificação das universidades públicas, estaduais e federais do estado de Santa Catarina, seus respectivos núcleos e grupos de pesquisas. A partir dessa identificação então foi realizado um levantamento das pesquisadoras e dos pesquisadores atuantes em tais grupos e suas respectivas orientações, para que fosse possível construir dados sobre a disseminação desse campo da região sul para as demais do país. Para ajudar nesse percurso, das universidades em busca dos núcleos de pesquisa organizados em torno de temáticas de interesse feminista existentes em SC, bem como das pesquisadoras e pesquisadores a eles associadas e ao levantamento de suas vidas acadêmicas, foi utilizado o banco de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq).

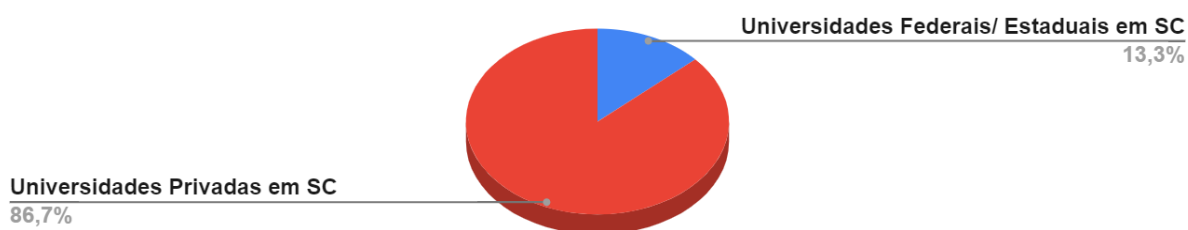
Em suma, o caminho metodológico percorrido foi o seguinte: 1. Pesquisa bibliográfica de temas e de principais referenciais teóricos sobre a Antropologia Feminista no Brasil. 2. Pesquisa sobre as universidades da região sul do Brasil, seus cursos e relações com as temáticas que compõem o campo de interesses feministas oferecidos em cursos de Pós-Graduações e cursos de Graduação em Ciências Sociais e Antropologia. 3. Pesquisa documental e levantamento sobre núcleos e grupos de pesquisa criados em torno de temáticas de interesse feminista; 4. Levantamento e rede de relações das figuras-chaves do campo da antropologia feminista no Sul do Brasil.

Ao longo desses sete meses de pesquisa foram realizadas reuniões quinzenais de orientação, registros das atividades semanais em relatório, participação no Grupo de Estudos do Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades (GENIGS), e no evento Cine DDHH – direitos humanos das mulheres e suas interseccionalidades, participação da monitoria do seminário internacional do Fazendo Gênero 12 e principalmente atividade de extensão do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS). Tais atividades me permitiram um maior contato com as discussões da antropologia feminista e me colocaram em contato com diversas pesquisadoras que ampliaram minhas discussões e conhecimentos sobre a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

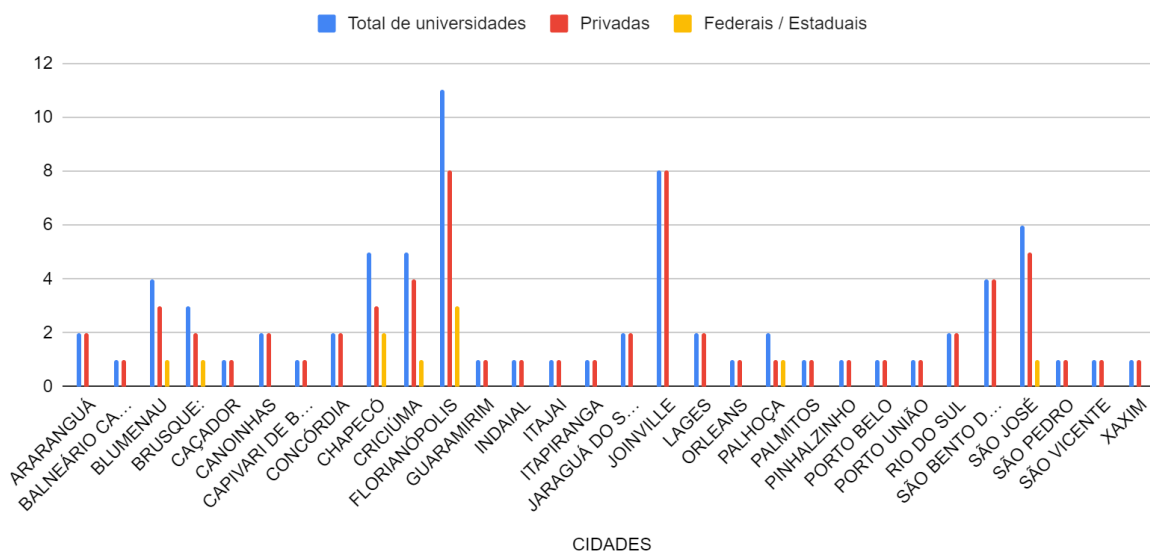
Desde 1980, de acordo com Alinne Bonetti (2018) em seu texto *Feminismo acadêmico e a antropologia no Brasil: mapeando a constituição da antropologia feminista brasileira*, a configuração do campo da antropologia feminista é marcada por três diferentes estratégias, sendo elas a nuclearização, multiplicação e divulgação. Portanto, os marcos seriam: em 1990 a ampliação dos núcleos de pesquisa; em 2000 a proliferação da perspectiva antropológica nas constituições dos grupos e em 2010 a expansão das universidades públicas (p. 240). As categorias de análises dentro do campo mudaram ao longo do tempo, mas todas constituíram extrema importância e contribuição. Bonetti (2018) ainda aponta a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) como os quatro nichos de produção antropológica feminista no Brasil.

Entretanto, de forma a compreender como a Universidade Federal de Santa Catarina chega a essa posição, precisamos visualizar as universidades do Estado de SC, para entender como funciona a disseminação desse campo antropológico feminista. Assim, de acordo com os dados coletados, dos 295 municípios de SC, apenas 30 possuem universidades, sejam elas privadas, estaduais ou federais. Nesses 30 municípios estão distribuídas 75 universidades. Dessas 75 universidades, apenas 13,3% (10) são federais/estaduais e 86,7% (65) são privadas.

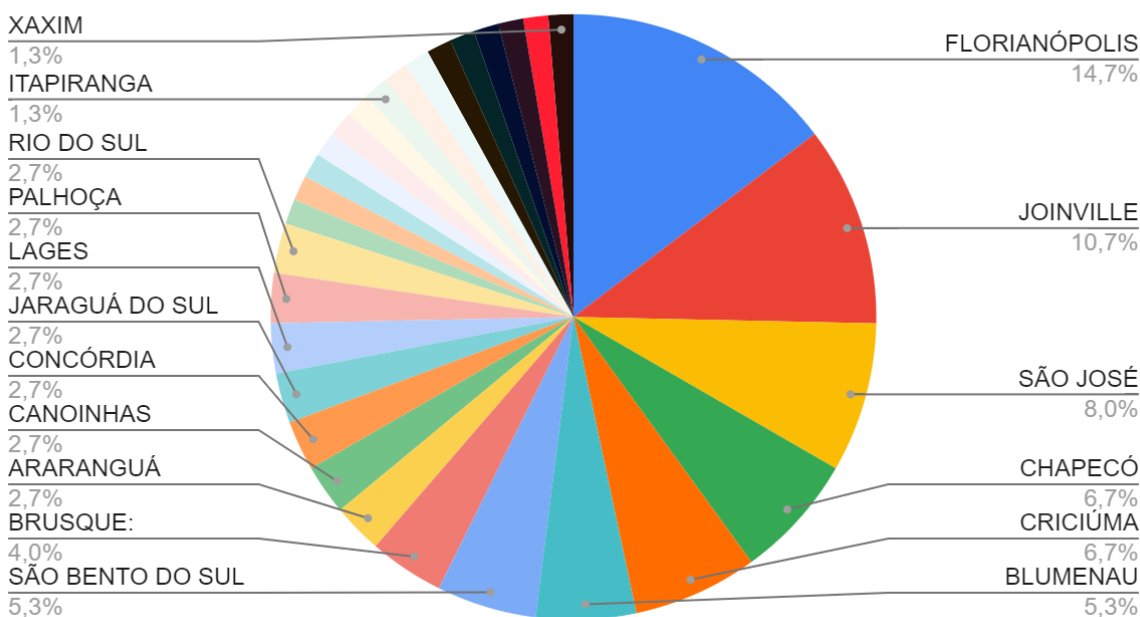


A cidade com mais universidades é a capital Florianópolis, que conta com 11 universidades, seguida por Joinville com oito universidades e São José com três. Como demonstrado a seguir:

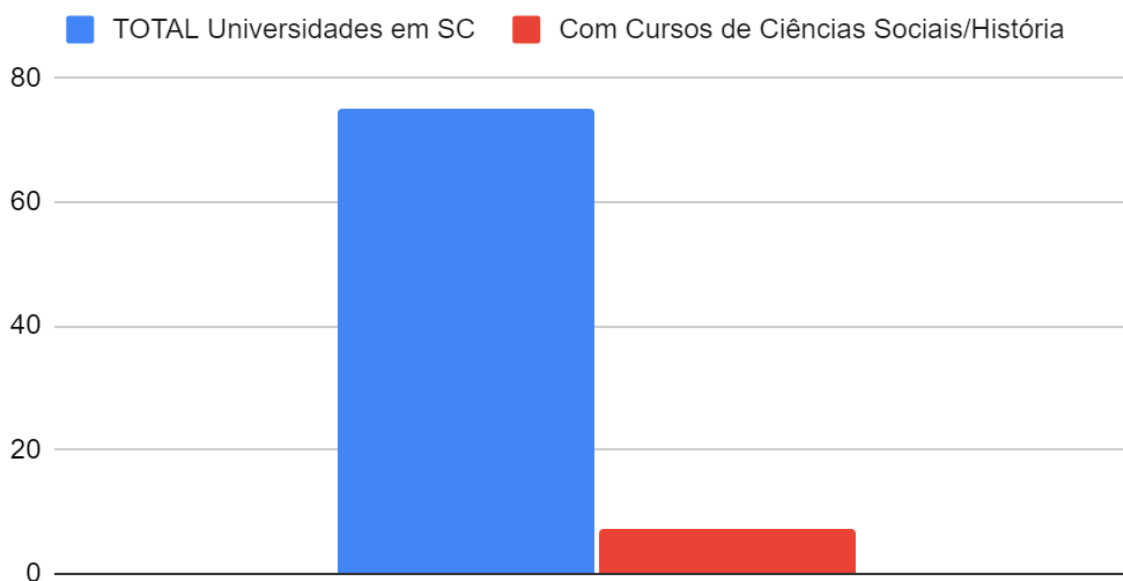
Municípios e Universidades em SC



Total de universidades por cidade



Como recorte mais específico, dessas universidades foram filtradas aquelas que possuíam cursos na área de Ciências Humanas. De tal forma, descobriu-se que apenas sete possuem cursos na área de Ciências Sociais e Antropologia. Destas, quatro (57,1%) são privadas e três (42,9%) são Estadual/Federal.



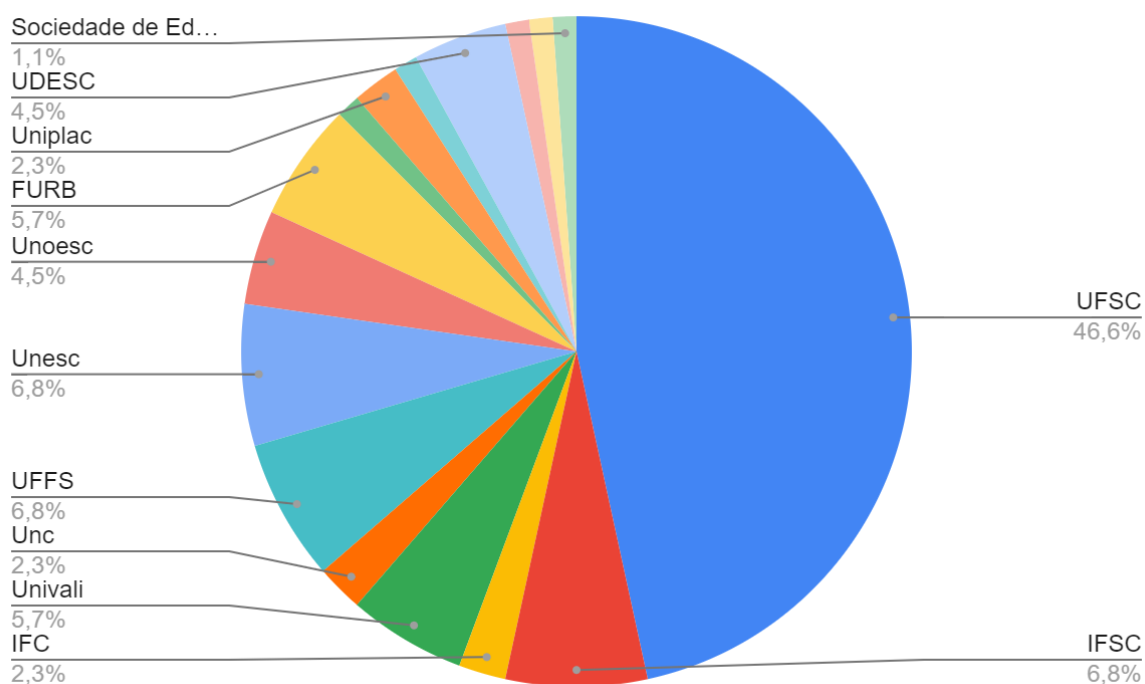
Após o levantamento das universidades chegou-se ao resultado de que em 16 universidades espalhadas pelo Estado de Santa Catarina, estão distribuídos 88 grupos relacionados à gênero das mais diversas grandes áreas, sendo elas: Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Lingüística, Letras e Artes, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Exatas e da Terra ². Os seguintes grupos estão distribuídos desta forma:

Universidade	nº
UFSC	41
IFSC	6
IFC	2
Univali	5
Unc	2
UFFS	6
Unesc	6
Unoesc	4
FURB	5
Unochapecó	1
Uniplac	2
Unisul	1

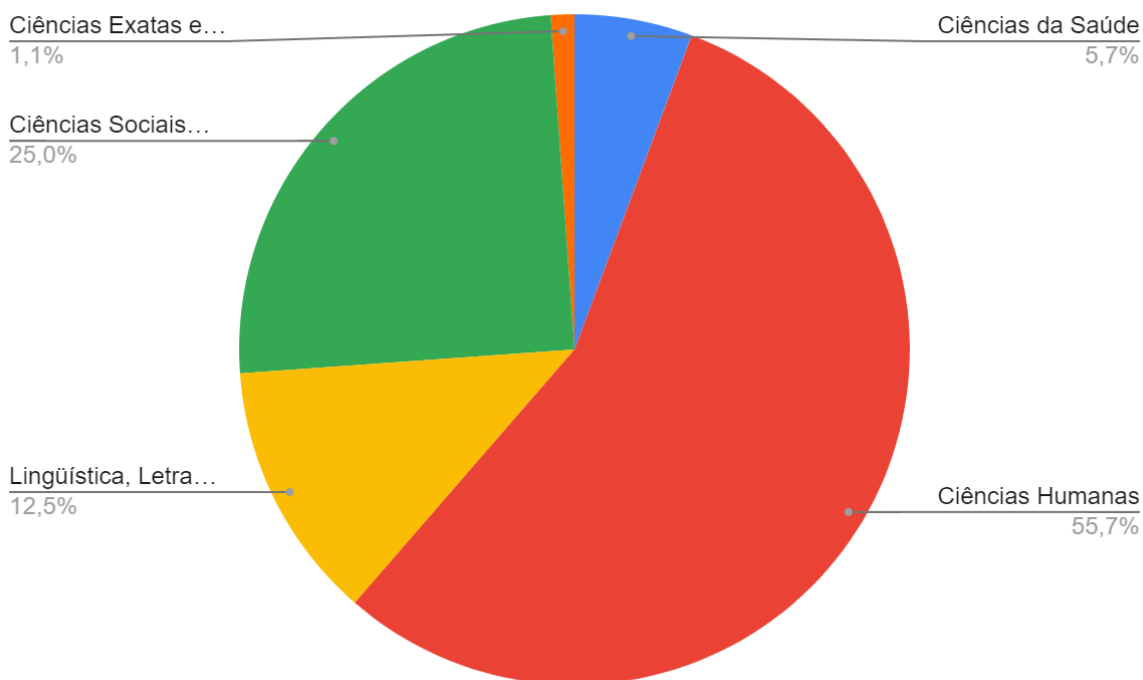
² Esse resultado foi recolhido no diretório de grupos de pesquisa do CNPQ. O parâmetro de busca foi o Estado de Santa Catarina e grupos que trabalham com gênero, gerando o resultado apresentado.

UDESC	4
Unifebe	1
Univille	1
Sociedade de Educação Nossa Senhora Auxiliadora	1

Pode-se observar então que a maioria dos grupos de pesquisa no Estado se encontram na Universidade Federal de Santa Catarina. Porcentagens a seguir:

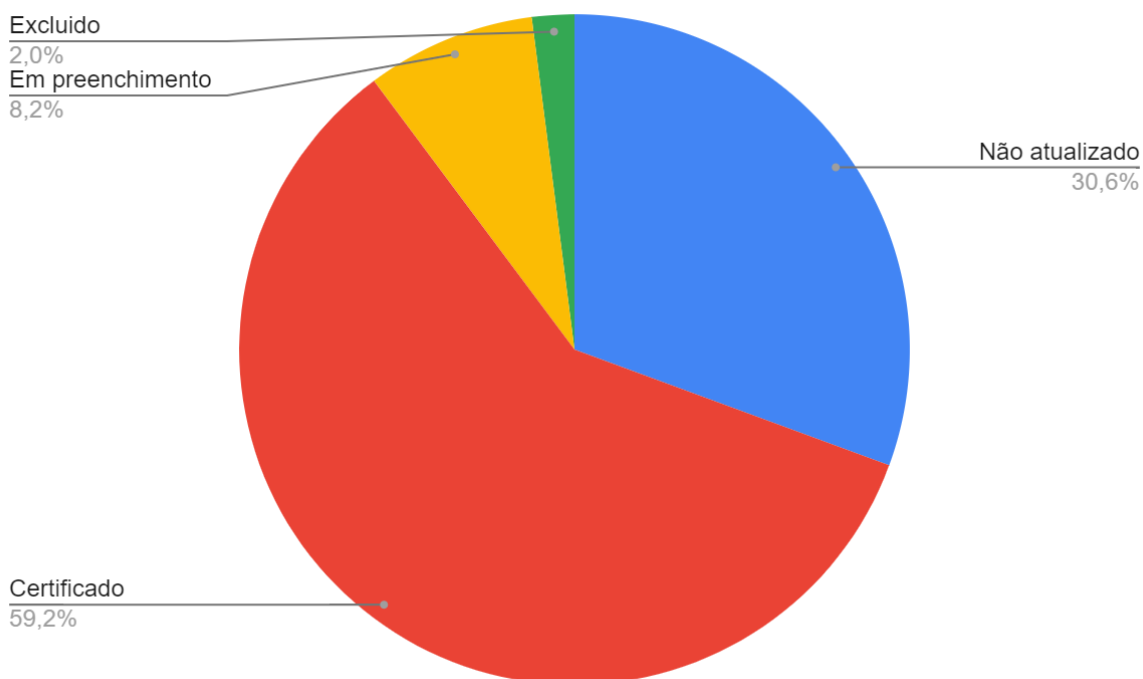
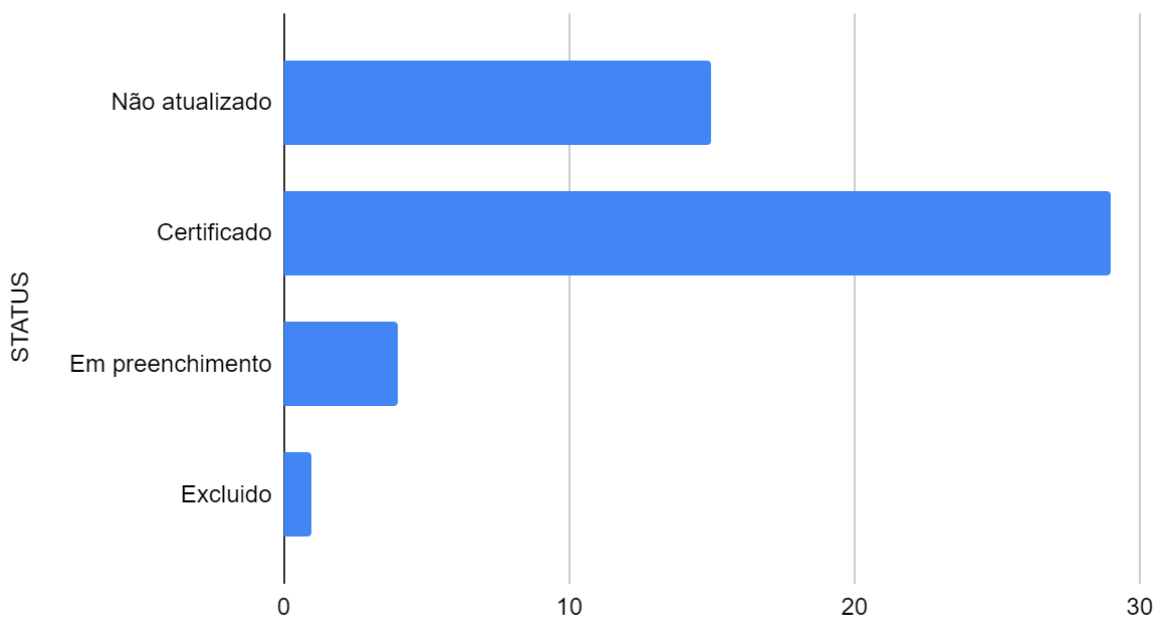


Destes, 88 grupos, 49 pertencem às Ciências Humanas, o que representa 55%; a partir destes, foram selecionados aqueles inscritos na área de antropologia.

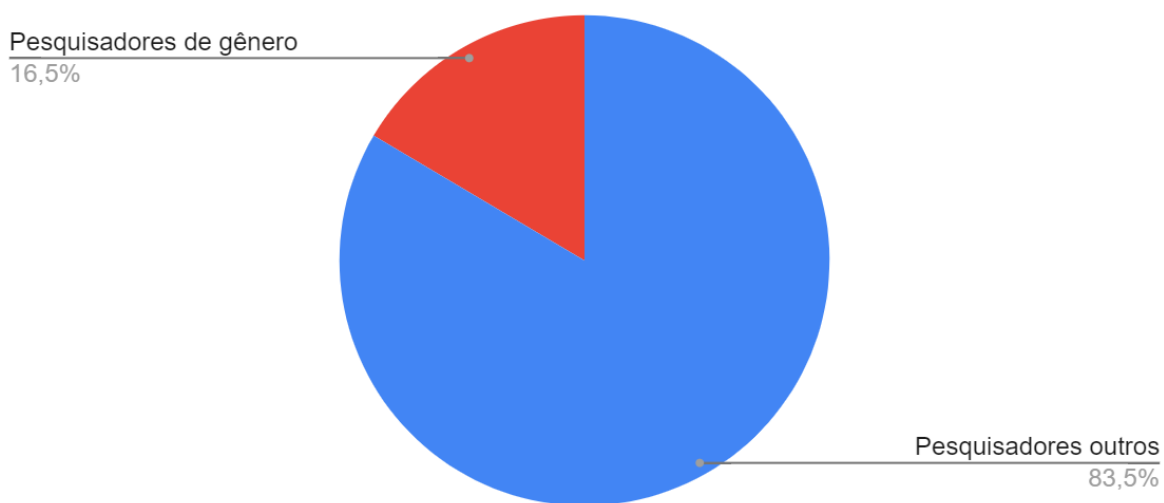
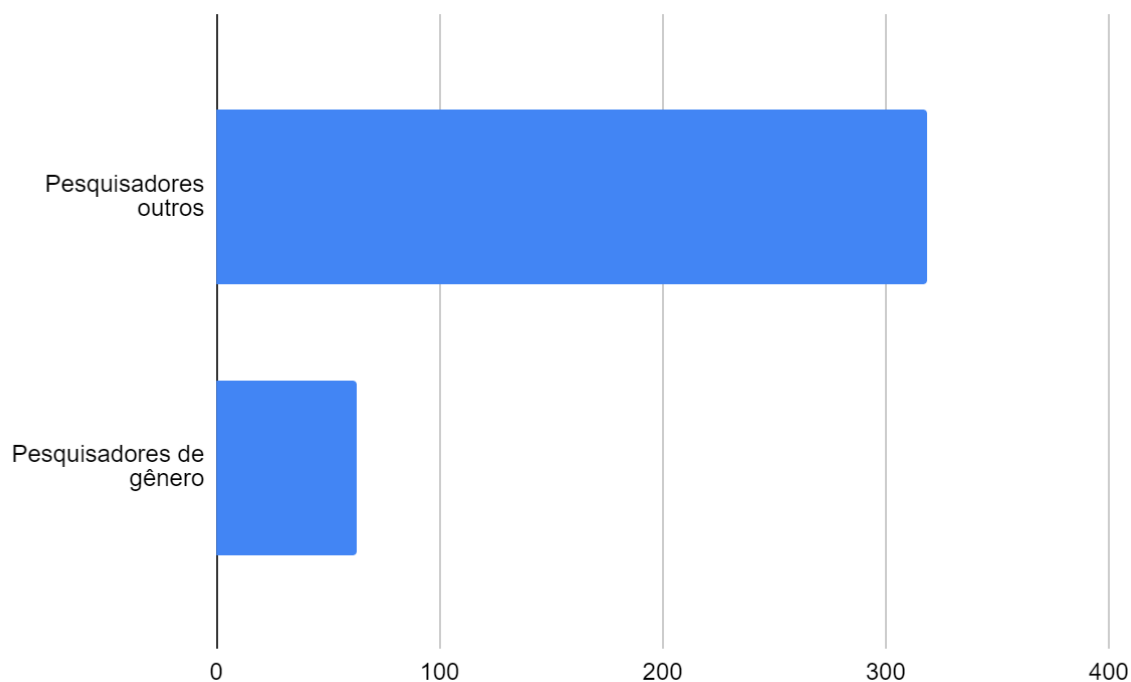


Entretanto, como forma de apurar as análises, foi decidido que seria melhor aprofundar apenas nos de Ciências Humanas para que eventualmente fosse prospectado seus pesquisadores e pesquisadoras. Portanto, dos 49 grupos de Ciências Humanas, estes foram separados de acordo com seus status fornecidos pelo site do Cnpq. A maior parte dos grupos, 29 deles, estavam certificados, e esses seriam os que eventualmente seus pesquisadores e pesquisadoras seriam analisados. Sobre os status, pode-se observar que havia uma grande quantidade de grupos que estavam desatualizados:

STATUS dos grupos.



Os 49 grupos selecionados, possuem em seu total 382 pesquisadores e pesquisadoras. Destes, apenas 63 possuem, de acordo com o que é fornecido ao site do Cnpq, ligação e afinidade pelos estudos de gênero e sexualidades.



Esses dados ao serem retirados do site do Cnpq, ao longo da pesquisa trouxeram diversas questões, como o fato de poderem estar atualizados realmente ou não. Quando a pesquisa chegou no momento de análise do currículo Lattes das pesquisadoras e dos pesquisadores, apresentou-se a questão sobre a confiabilidade dos dados que são apresentados ali. De qualquer forma, trata-se de um elemento relevante da etnografia documental, tal como apontado por Vianna (2014), sobre essa peculiaridade da pesquisa documental e da relação que se cria com quem formulou tais informações e como tais informações se deram.

Nas universidades em SC foram identificados 88 Núcleos de pesquisa criados em torno de "temáticas de interesse feminista". A partir disso, chegamos a 16 grupos de pesquisa que contavam com antropólogas e antropólogos produzindo em torno dessas temáticas em seus quadros. Destes, apenas 11 estavam com certificado atualizado no diretório de grupos de pesquisa do CNPq; e apenas cinco pertencem à área de antropologia, todos situados na UFSC, quatro no campus Florianópolis e um em Araranguá.

Sendo eles então:

ÌLERA - Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia da Saúde (Campus Araranguá);

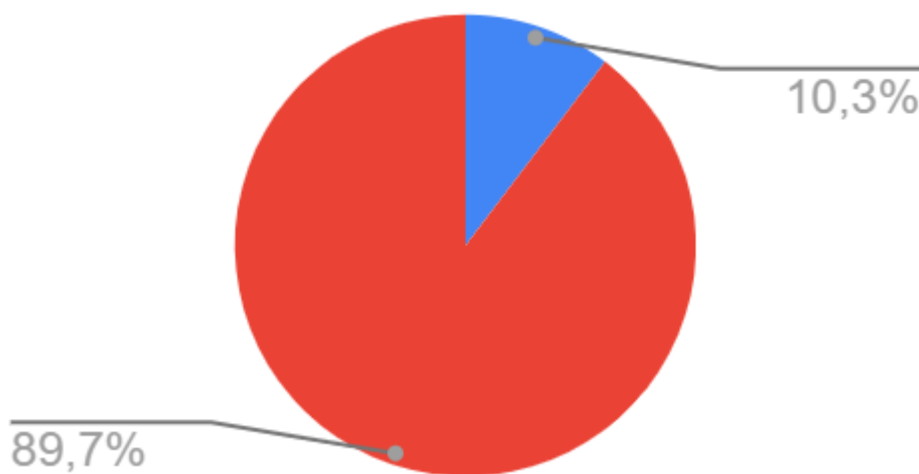
LEVIS (Laboratório de Estudos das Violências);

NAVI - Núcleo de Antropologia Visual e Estudos da Imagem;

TRANSES -Núcleo de Antropologia do Contemporâneo;

NIGS - Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades.

A partir deste percurso metodológico, chegou-se a identificação de 29 pesquisadoras e pesquisadores cujas formações são atravessadas pela antropologia e por "temáticas de interesse feminista", sendo a expressiva maioria de mulheres, cerca de 90%, representada em vermelho no gráfico:



De modo a identificarmos o desenvolvimento da antropologia estrito senso no campo interdisciplinar feminista mais amplo, passamos a buscar as antropólogas feministas. Para estabelecer estas pesquisadoras-chave no campo, foram considerados os seguintes critérios: formação em pelo menos um dos níveis (graduação, mestrado ou doutorado) em Antropologia ou Ciências Sociais e atuação na área de Antropologia, com ênfase na orientação em Programas de Pós Graduação em Antropologia Social.

A partir destes critérios, chegamos a duas pesquisadoras-chave para o desenvolvimento do campo da antropologia feminista em Santa Catarina: **Miriam Pillar Grossi** e **Sonia Weidner Maluf**. Ambas professoras na Universidade Federal de Santa Catarina.

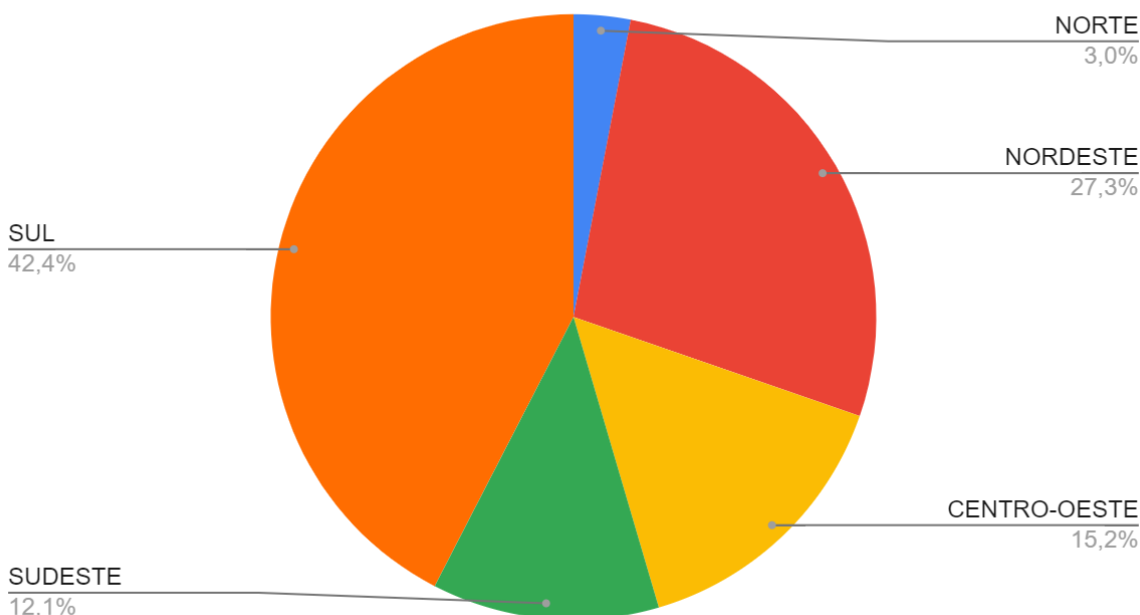
Essas duas antropólogas orientaram 128 pessoas em Mestrado e Doutorado em suas carreiras acadêmicas até o momento dos levantamentos dos dados para essa pesquisa, sendo 69 pessoas formadas na área da antropologia feminista. Destas pesquisadoras formadas, 33 orientaram ou orientam, em qualquer modalidade, seja doutorado, mestrado, graduação, projetos de iniciação científica no campo de "temática de interesse feminista". Como demonstrado na tabela a seguir:

	n° de orientandas ME e DOU (TOTAL)	n° de orientandas ME e DOU (temática de interesse feminista)	ORIENTANDAS QUE ORIENTAM
Miriam Pillar Grossi	64	48	28
Sônia Weidner Maluf	64	21	5
Total	128	69	33

Essas 33 pessoas orientam ou orientaram em diversas regiões do Brasil e estão distribuídas como apresentadas no gráfico a seguir:

REGIÕES	QUANTIDADE
NORTE	1
NORDESTE	9
CENTRO-OESTE	5
SUDESTE	4
SUL	14

DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO



Ou seja, são 33 pessoas formadas na antropologia que disseminaram de alguma forma a produção feminista em seus respectivos cursos e respectivas universidades, colaborando de tal forma com a formação de cada vez mais pessoas em torno da "temática de interesse feminista" no país.

Como forma de visualizar melhor essas redes, tentou-se criar um diagrama, entretanto, fica praticamente impossível de ver quando adicionado a esse modelo de arquivo. Por isso, foi construído uma planilha com essas relações, ou seja, quem orientou quem, em qual modalidade e onde essa pessoa orienta respectivamente.

Orientadora	Nível Formação	Orientanda	Estado	Região
Miriam Pillar Grossi	DOU/PPGICH	Pâmela Laurentina Sampaio Reis. (Universidade Aberta do Piauí)	PI	NORDESTE
	DOU/PPGICH	Edmarcius Carvalho Novaes. (Universidade Vale do Rio Doce)	MG	SUDESTE
	DOU/PPGICH	Marinês da Rosa. (Universidade do Estado de Mato Grosso)	MT	CENTRO-OESTE
	DOU/PPGICH	Melissa Barbieri Oliveira (Universidade Estadual do Oeste do Paraná)	PR	SUL
	DOU/PPGICH	Leticia Cardoso Barreto (Universidade	MG	SUDESTE

		do Estado de Minas Gerais)		
DOU/PPGICH		Crishna Mirella de Andrade Correa. (Universidade Estadual de Maringá)	PR	SUL
DOU/PPGICH		Isadora Vier Machado (Universidade Estadual de Maringá)	PR	SUL
DOU/PPGAS		Fátima Weiss de Jesus (Universidade Federal do Amazonas - UFAM)	AM	NORTE
DOU/PPGICH		Felipe Bruno Fernandes. (Universidade Federal da Bahia)	BA	NORDESTE
DOU/PPGICH		Rosa Blanca Cedillo (Universidade Federal de Santa Maria,)	RS	SUL
DOU/PPGICH		Paula Pinhal de Carlos. (Universidade La Salle)	RS	SUL
DOU-ME/PPGAS		Rozeli Maria Porto. (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)	RN	NORDESTE
DOU/PPGIHC		Tito Sena. (Universidade Estadual de Santa Catarina)	SC	SUL
DOU/PPGICH		Olga Zigelli Garcia (Universidade Federal de Santa Catarina)	SC	SUL
DOU/PPGICH		Adriano Nuernberg (Universidade Federal de Santa Catarina)	SC	SUL
DOU/PPGICH		Marlene Tamanini. (Universidade Federal do Paraná)	PR	SUL
DOU-ME/PPGAS		Anna Carolina Horstmann Amorim (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)	MS	CENTRO-OESTE
ME/PPGAS		Flávio Luís Tarnowski (Universidade Estadual de Mato Grosso)	MT	CENTRO-OESTE
ME/PPGAS		Virginia de Santana Cordolino Nunes (Universidade do Estado da Bahia.)	BA	NORDESTE
ME/PPGAS		Martina Ahlert (Universidade Federal do Maranhão)	MA	NORDESTE
ME/PPGAS		Juliana Cavilha Mendes (Faculdade Estácio de Florianópolis)	SC	SUL
ME/PPGAS		Rozeli Maria Porto. (Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN)	RN	NORDESTE
ME/PPGAS		Alinne de Lima Bonetti (Universidade	SC	SUL

		Federal de Santa Catarina)		
	ME/PPGAS	Ari José Sartori (Universidade Federal da Fronteira Sul)	SC	SUL
	ME/PPGAS	Elisete Schwade (UFRN, Natal)	RN	NORDESTE
	ME/PPGAS	Glaucia de Oliveira Assis (UDESC, Florianópolis)	SC	SUL
	GRAD/CSO/CFH	Silvana Maria Bitencourt (Universidade Federal de Mato Grosso)	MT	NORDESTE
	GRAD/CSO/CFH	Rosana Maria Badalotti. (Universidade Comunitária da Região de Chapecó)	SC	SUL

orientadora	Nível de formação	Orientanda	Estado	Região
SÔNIA MALUF	DOU/PPGICH	Karla Galvão Adrião (Universidade Federal de Pernambuco)	PE	NORDESTE
	ME/PPGAS	Carlos Eduardo Henning (Universidade Federal de Goiás)	GO	CENTRO-OESTE
	ME/PPGAS	Marcelo Reges (1 orientação Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos.)	DF	CENTRO-OESTE
	ME/PPGAS	Anna Paula Vencato (Universidade Federal de Minas Gerais)	MG	SUDESTE
	GRAD/CSO/CFH	Rosana Schmidt. (Universidade Federal de Goiás)	GO	CENTRO-OESTE

Como podemos identificar, a produção de conhecimento antropológico em torno da "temática de interesse feminista" produzida e disseminada a partir de Santa Catarina se desenvolveu bastante e constitui uma contribuição significativa para a consolidação da antropologia feminista no país. A região sul tem um papel essencial nessa consolidação na medida em que apresenta pesquisadoras-chaves nesse campo e que constituíram núcleos de pesquisa que ajudaram a alavancar os debates e os trabalhos nesse tema de pesquisa, e a difusão dessa temática para o restante do país.

CONCLUSÕES

Percebe-se, portanto, que a antropologia feminista se desenvolveu bastante desde 1980 e no estado de Santa Catarina há um importante campo de estudos em expansão que contribuiu para esse desenvolvimento. O campo feminista se consolida através dos encontros acadêmicos, construções de periódicos, e núcleos de pesquisas como comentado anteriormente (BONETTI, A. L. 2018, p. 234). Logo, como foi identificado, a produção de conhecimento antropológico em torno da "temática de interesse feminista" produzida e disseminada a partir de Santa Catarina tem se desenvolvido nas últimas quatro décadas, consolidando-se como um dos pólos irradiadores da produção antropológica feminista do país.

Destaca-se o grande número de núcleos de pesquisa voltados para "temáticas de interesse feminista" em diferentes universidades no estado de SC. Nesses grupos a participação e interação entre diversos pesquisadores colaboraram com o diálogo sobre o tema, o que é essencial para que esse se constitua, se desenvolva e se dissemine, visto que é através desses espaços e desses diálogos que é possível alavancar os debates e os trabalhos nesse tema de pesquisa, e a difusão dessa temática para o restante do país. Além disso, o estado de Santa Catarina, apresentou diversas pesquisadoras sobre a temática, em especial Miriam Grossi e Sônia Maluf, ambas professoras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que contribuíram com a formação de diversas antropólogas/os/es e que agora orientam em outras regiões do país. Dessa forma, e com a ajuda dessas pesquisadoras chaves, a antropologia feminista no Brasil se amplia e se consolida enquanto um campo teórico da antropologia.

Neste trabalho em si, ainda há escopo para se explorar muitas questões que não consegui devido ao tempo de pesquisa. Ainda há caminhos a se seguir. Desta forma, para pesquisas futuras entorno da disseminação da antropologia feminista no Sul do país, fica como sugestão a elaboração de entrevista com as pesquisadoras chaves, de forma a captar a própria vivência dessas mulheres e a importância disso para o campo em si. Diversas perguntas, a partir dessas entrevistas poderiam ser elaboradas e respondidas e ajudariam no desenvolvimento da pesquisa, como por exemplo, o tipo de metodologia desenvolvido pelas antropólogas. Uma questão muito interessante que seria abordada e compreendida através das entrevistas é a de pensar para além do formalismo, principalmente das plataformas do lattes, uma vez que isso limita as ricas trajetórias dessas mulheres. Para além do que é apresentado no currículo, há um, ou vários, trabalhos invisíveis que não conseguem ser retratados. É necessário pensar as obras para além do escrito, e me faz pensar como posso fazer jus a isso

na pesquisa. Essas questões e essa abordagem colaboram com a produção da memória, ou seja a importância desse trabalho para a preservação da memória dessas pessoas, mas também a preservação da memória dos núcleos; da memória dessas redes feministas pelo Estado e ao longo do Estado desde que se iniciou esse movimento.

Durante essa pesquisa aprendi e me desenvolvi bastante. Os benefícios da Iniciação Científica são tremendos, nesse período consegui me aproximar de profissionais e de uma rede de pesquisadoras que me ajudaram a compreender melhor os passos de uma pesquisa e sua estruturação, perceber a subjetividade e importância de cada pesquisa científica para o país, mas não somente; a participação enquanto bolsista PIBIC me ajudou a ter novas possibilidades de campos de atuação para a minha formação, me aproximou de uma nova temática de interesse e me ajudou na prática a desenvolver habilidades para a minha formação enquanto antropóloga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONETTI, A. L. Antropologia feminista no Brasil? Reflexões e desafios de um campo ainda em construção. **Cuadernos de Antropología Social** (Impresa), v. 36, p. 51-67, 2012.

BONETTI, A. L.. Feminismo acadêmico e a antropologia no Brasil: mapeando a constituição da antropologia feminista brasileira. In: **18TH IUAES WORLD CONGRESS 18º CONGRESSO MUNDIAL DE ANTROPOLOGIA**, 2018, Florianópolis. CONFERENCE PROCEEDINGS ANAIS 18TH IUAES WORLD CONGRESS 18º CONGRESSO MUNDIAL DE ANTROPOLOGIA. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018. v. 1.

Caminhos feministas no Brasil: teorias e movimentos sociais / Miriam Pilar Grossi, Alinne de Lima Bonetti (organizadoras) 1.ed. Tubarão (SC): Copiart: Florianópolis (SC): Tribo da Ilha, 2018. 264 p.

GROSSI, Miriam Pillar e MIGUEL, Sônia Malheiros. Mapeamento dos grupos e Organizações de Mulheres/Gênero/Feministas dos anos 90 no Brasil. **Antropologia em Primeira Mão**. PPGAS/UFSC. Florianópolis, 1995.

HARAWAY, Donna. **SABERES LOCALIZADOS**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas, n. 5, p.07-41, 1995. Artigo originalmente publicado em *Feminist studies*, 14 (3), 1988, traduzido com a permissão de Feminist Studies, Inc., c/o Women's Studies Program, University of Maryland, College Park, MD 20742. Tradução de: Mariza Corrêa. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828> . Acesso em: 24 maio 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**/ Céli Regina Jardim Pinto. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. - (Coleção História do povo Brasileiro)

SCHUMAHER, Schuma. Os movimentos feministas ontem e hoje no Brasil: desafios da sua institucionalização. In: MATOS, Marlise; ALVAREZ., Sonia E. (org.). **Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil**: expressões feministas nas conferências nacionais de políticas para as mulheres. vol ii.. Porto Alegre: Zouk, 2018. p. 21-57.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sérgio Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa. **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocracias, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2014, p. 43-70.